

# METODOLOGIA DA GEOGRAFIA AGRÁRIA<sup>1</sup>

## METHODOLOGY OF AGRARIAN GEOGRAPHY

Orlando Valverde

Tanto no estudo da Geografia agrária, como no da Agronomia, sempre é reconhecida a marcada influência do meio natural sobre a diversificação regional da agricultura.

É óbvio que para estudar a exploração agrícola é indispensável um conhecimento, o mais acurado possível, do solo, da geologia, do relevo, do abastecimento de água natural, do clima, da vegetação. Waibel, de modo especial, insiste muito sobre o conhecimento, que se faz mister, da fitogeografia e da zoogeografia, já que a Geografia agrária estuda os sistemas de produção de determinadas espécies animais e vegetais, geneticamente vinculados à flora e à fauna existentes. Além disso, a natureza viva e o solo são como que resultantes da ação de um complexo dinâmico integrado pelos outros fatores naturais mencionados. O estado da correlação e inter-relação desses elementos poderá ser um indicador das possibilidades econômicas de aproveitamento agrícola de uma região. O conhecimento das formações e associações vegetais é particularmente importante num país como o Brasil, onde quase não existem cartas de solos em escalas apropriadas ao planejamento agrícola.

Por outro lado, o estudo da ação modificadora do homem por motivos de ordem econômica, social, histórica e religiosa, só recentemente vem merecendo maior atenção, apesar de constituir campo de interesse da Geografia econômica e humana.

*Os três aspectos da Geografia agrária* – o estudo da geografia agrária comporta, segundo Waibel, três tratamentos diferentes, que se denominam respectivamente: Geografia agrária estatística, Geografia agrária ecológica e Geografia agrária fisionômica.

De todos eles o mais antigo é a chamada Geografia agrária estatística. Ela se limita, desde o início, a representar cartograficamente a distribuição das áreas de produção agropecuária, tais como trigo, milho, feijão, carne, leite, lã etc., e procura, quando muito, explicá-la. A representação é feita por meio de pontinhos, considerando

os valores absolutos, ou por meio de curvas isarítmicas (também chamadas “isométricas” ou “isopletas”), simbolizando a produção *per capita* ou por unidade de área.

Já em 1883, o geógrafo alemão Th. H. Engelbrecht aperfeiçoou esses cartogramas, empregando sempre valores relativos. Além de iluminar áreas de produção, a que chamava “zonas agrícolas”, determinava-lhes o centro de gravidade. Assim, haveria uma ou mais “zonas agrícolas” do milho, do trigo, do arroz, da mandioca. O processo de delimitação de Engelbrecht consistia em estabelecer uma relação entre o produto considerado e um outro também cultivado na região, geralmente um cereal. À proporção que se afastasse do centro da “zona agrícola”, o valor da relação se reduziria. Procedimento idêntico era adotado no estudo de zonas de pecuária, sendo que, para termo de comparação, em geral, considerava-se a produção de bovinos.

Waibel, analisando o método de Engelbrecht, considerou-o como o esforço mais completo para a introdução de medidas exatas no estudo da Geografia agrária. Não obstante, diz ele, as chamadas “zonas agrícolas” caracterizam tampouco uma região, quanto os mapas da distribuição de uma espécie vegetal ou animal o fazem em relação às regiões fito e zoogeográficas. Não é a distribuição de uma cultura o que interessa fundamentalmente à geografia, mas sim saber como se distribui todo um conjunto de atividades agrícolas.

Hettner é ainda mais radical, visto que repele admitir tal estudo como incluído na esfera da Geografia, atribuindo-o à Mercelologia ou ciência da produção econômica (A. Hettner: “Die Geographie, Ihre Geschichte, ihr Wesen und ihre Methoden” – cf. Migliorini, *op. cit.* *Bol. Geogr.* n. 99, pp. 1086-87).

É, de certo modo, desconcertante verificar como Faucher defende tese da existência de um ramo independente da geografia econômica, puramente quantitativo, que chamou de “geografia econômica agrícola” (*Reflexions sur la méthode en Géographie agraire*”. *Rev. de Géographie Régionale* (Lês Études Rhodanieenes), n. 12, 1946, p. 87, e “Geographie Agraire, Types de Cultures”. *Lib. de Médecis*, Paris, 1949, p. 10). Tal subdivisão da Geografia não contém a menor fundamentação metodológica, posto que, sendo a geografia o estudo da diferenciação regional da superfície da Terra, esta tem que ser feita tanto do ponto de vista quantitativo, como do qualitativo, o mesmo sucedendo, logicamente, a qualquer dos ramos da Geografia, no caso, à Geografia agrária.

Essa pretensa “geografia econômica agrícola” não carece apenas de fundamento científico; do ponto de vista utilitário o seu valor é praticamente nulo.

A posição metodológica assumida por Faucher resulta de uma tentativa que este autor faz, no sentido de distinguir a geografia agrária qualitativa, por ele considerada como um ramo da geografia humana, da suposta “geografia econômica agrícola”, quantitativa, que seria parte da geografia econômica<sup>2</sup>. Creio que ficou bem clara a refutação desta última parte. Mais adiante voltaremos ao assunto para tratar da primeira, a fim de demonstrar que esta divisão é fictícia, não tem razão de existir.

A Geografia agrária ecológica estuda, antes de mais nada, as relações entre a paisagem agrícola e o meio fisográfico: o relevo, o clima, o solo, a vegetação e os animais. A bibliografia geográfica é aliás, riquíssima nesta parte.

Contudo, nunca é demais frisar os tópicos mais importantes destas relações.

Diversamente do que julgava a escola determinista de Ratzel, o meio físico não é determinante da paisagem cultural, nem mesmo dos sistemas de utilização do solo. De acordo com o nível técnico a que atingiu determinado grupo humano e de acordo também com as condições econômicas e sociais deste grupo, o meio físico poderá impor limitações. Poucos exemplos bastam para esclarecer a questão.

A serra do Mar é uma cadeia que se ergue em escarpas íngrimes, paralelamente ao litoral do sudeste do Brasil. Em alguns pontos, o paredão da serra chega até junto ao oceano; na maioria das vezes, porém, há entre ela e a costa uma estreita faixa de terras baixas, que é conhecida pelo nome genérico de Baixada Litorânea. A serra é recoberta por uma densa mata tropical. Nos lugares em que o terreno é mais inclinado, como ocorre no Paraná, por exemplo, a serra do Mar é desabitada. Em muitas partes, já é possível a ocupação humana, mas os declives ainda são fortes demais para permitir o emprego do arado. Aí foram instaladas roças, de onde uma população escassa, de caboclos miseráveis, obtém os meios de sua subsistência, empregando somente a enxada. Entretanto, perto do Rio de Janeiro, há boas estradas galgando a serra, que dão fácil acesso ao mercado. Tirando partido desta vantagem, foram estabelecidos nesse trecho da serra grandes bananais, cuja produção é colocada na Capital. Convém notar que o surto da banana não trouxe nenhuma prosperidade à população local. As habitações, as condições econômicas e sociais daquela gente continuaram sendo tão precárias, como nas outras partes da serra. Isto porque aí predominam os latifúndios e os

agricultores são simples meeiros que trabalham para os donos da terra que residem no Rio de Janeiro.

Resumindo: Onde o terreno é excessivamente inclinado, a região é desabitada; onde os declives são fortes e as estradas ruins, há roças de subsistência; onde há boas estradas na vizinhança e acesso a mercado, mas as terras são ocupadas por latifúndios, há grandes bananais cultivados por meeiros.

Mais ilustrativo da complexa interação do homem com o meio é o exemplo da Baixada Fluminense, trecho da Baixada Litorânea situado no Estado do Rio. Essa região era ocupada, desde os tempos de Colônia até o fim do Império, por fazendas que produziam principalmente farinha de mandioca, açúcar mascavo e aguardente. Com o desenvolvimento industrial e comercial do Rio de Janeiro e da lavoura do café no vale do Paraíba, ocorreu o seu despovoamento. O abandono das fazendas culminou com a abolição da escravatura. Desaparecendo a navegação fluvial e sem limpeza dos leitos, os rios foram-se entulhando de sedimentos, a ponto de alguns desaparecerem, transformando-se em brejos que se tornaram terríveis focos de malária. A exploração dessas terras passou então a ser perigosa para a saúde e antieconômica, até a época em que, desenvolvendo a técnica de saneamento, o governo empreendeu a dragagem dos rios e a erradicação da malária. Hoje, algumas várzeas são aproveitadas para a produção de verduras e as terras mais altas, enxutas e arenosas, são ocupadas por laranjais. Perto do Rio de Janeiro e ao longo das principais estradas, as terras voltaram a ser inaproveitadas agricolamente, não mais por imposição do meio. O crescimento excessivo da cidade e a inflação levaram a uma forma de especulação da terra que é o loteamento urbano, para sítios de repouso, chácaras etc. No meio das capoeiras baixas e dos laranjais, abrem-se arruamentos e erguem-se cartazes de anúncios de venda de terras.

Veja-se bem, pela descrição acima, que a exploração da Baixada Fluminense era feita antigamente por uma técnica primitiva. A perda de mão-de-obra, de que dependia essa técnica, desorganizou a economia regional. Só quando o governo, dispondo de novos recursos, tornou a modificar o meio, pôde instalar-se uma nova estrutura fundiária: pequenas propriedades com hortas, propriedades médias e grandes com laranjais e latifúndios em loteamento.

O solo é outro fator de grande importância para a geografia agrária. Levando em conta o caráter antropocêntrico e pragmático da geografia. Waibel considerava o

conhecimento dos solos mais importante para o geógrafo do que o da geologia. É bastante conhecida a influência decisiva das terras de massapé – solos aluviais argilosos, pesados – na riqueza açucareira da zona da Mata nordestina, do Recôncavo baiano e da Baixada de Campos.

A terra roxa, resultante da decomposição das rochas basálticas em clima tropical úmido e semi-úmido, tornou-se afamada como solo ideal para a cultura do café e dos cereais. Para não se cair num “determinismo edático”, é preciso levar em conta, porém, que a riqueza cafeeira do Brasil não esteve sempre ligada à exploração das manchas de terra roxa. Todos aquelas que conhecem um pouco de nossa história econômica sabem que o surto do café começou no vale do Paraíba do Sul, em solos latossólicos e latossólicos-podzólicos, derivados do complexo cristalino (gnaisse, granito).

A influência limitativa do clima sobre as atividades agrícolas é outro aspecto bastante estudado pelos geógrafos, quer pela sua atuação direta, quer indiretamente, como fator condicionante na constituição do solo e das formações vegetais.

É um erro, aliás comum, admitir-se que o clima de uma região possa ser conhecido através de suas médias de temperatura e seus totais de precipitação. As médias são falazes; elas escondem as ocorrências chamadas “a-normais”: tempestades, secas, geadas, neves, granizo, que podem não influir sensivelmente nas médias, mas podem ser de vital importância para a exploração agrícola. É um fato conhecido que a cultura do café, tal como é praticada no planalto paulista, não progride mais para o sul (efetivamente tem progredido para sudoeste, favorecida pelas menores altitudes), porque a ocorrência de geadas passa a ser tão freqüente que o cultivo de cafezais descobertos se torna excessivamente aleatório para compensar com segurança um investimento de capital. Assim, o norte do Paraná deve ser considerado o limite polar da grande lavoura cafeeira.

O próprio clima local deve merecer consideração por parte do agrogeógrafo, pois assim o faz também o próprio lavrador de café no planalto paulista. Durante as noites, ocorre nessa região o fenômeno denominado “inversão da temperatura”, segundo o qual o ar mais frio, mais denso, desce as encostas dos espigões e acumula-se nos fundos dos vales. Esta parte é, portanto, perigosas para os cafezais durante o inverno, motivo por que as plantações ocupam as partes mais altas, deixando-se geralmente os vales ocupados por pastagens.

A metrologia e a climatologia agrícolas estão hoje bastante desenvolvidas e são de importância básica para o trabalho geográfico. Assim compreendeu Monbeig, que, na sua tese já citada sobre o planalto paulista, incluiu um capítulo magistral tratando desse aspecto.

Nunca é demais salientar que certas irregularidades climáticas assumem, às vezes, tanta importância quanto a descrição do próprio clima, porque elas trazem um grau de incertezas ao labor agrícola. É o que ocorre, por exemplo, no sertão do Nordeste com as suas secas periódicas.

Em muitos países velhos, como na Europa Ocidental, a vegetação natural já foi de tal maneira alterada pela intervenção humana que mal se pode discernir o seu significado na paisagem agrícola. No Brasil, porém, em que a lavoura e a pecuária estão divorciadas espacial e economicamente, é regra geral o cultivo das terras de mata e a ocupação dos campos naturais pelo pastoreio. Waibel frisa com veemência as nefastas conseqüências que advém deste fato: quer na agricultura, de um lado, quer na pecuária, de outro, praticam-se sistemas extensivos. Em certas regiões florestais, entretanto, como no oeste de São Paulo e no nordeste de Minas Gerais, há matas derrubadas para o plantio de pastagens; mas estas são, na maioria dos casos, pastos de engorda, “invernadas”, onde o gado estagia antes de ser encaminhado aos mercados de consumo.

A Geografia agrária ecológica deve ser encarada no sentido lato a expressão, isto é, não simplesmente em relação ao meio natural, mas levando também em conta a contribuição cultural do homem.

“Assim como na Ecologia vegetal e animal o interesse se concentra no estudo das formas biológicas, na Geografia econômica o estudo das formas de atividade constitui o principal objeto das pesquisas” (L. Waibel: *Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil*, p. 6).

As formas de atividade em Geografia Agrária se traduzem pelos chamados “sistemas agrícolas”. A expressão *sistema agrícola* é difícil de definir. De acordo com E. Laur, ela significa “a distribuição espacial e cronológica das espécies de culturas sobre a área cultivada, segundo determinados princípios” (Waibel, *op. cit.*, p. 6). Deve-se entender por espécies de culturas todas as áreas em utilização, tais como florestas artificiais, pastos naturais submetidos a pastoreio, pastagens plantadas, campos de cultivo etc.

Há uma forma mais simples para se entender o conteúdo da Geografia agrária estatística e da ecológica, bem como a definição de “sistemas agrícolas”.

A Geografia agrária estatística responde às seguintes perguntas: *Onde* são produzidos os produtos agrícolas? *Quanto* é produzido?

O cerne da Geografia agrária ecológica é o estudo do meio físico e dos sistemas agrícolas. Estes satisfazem a interrogação: *Como* são produzidos os produtos agrícolas?

Tal como a Fitogeografia, em que o campo de estudos não se detém na pesquisa das formas biológicas das espécies vegetais e vai além, até a descrição pormenorizada das formações vegetais (florestas, savanas, estepes, tundras, desertos etc.), assim também a Geografia agrária não se cinge ao estudo sistemático dos sistemas agrícolas; ela estuda também aquilo que Waibel denominou *formações econômicas*, ou sejam, os tipos de paisagem agrícola.

Aí se alcança o aspecto fisionômico da Geografia agrária, que se baseia na observação, no trabalho de campo. Segundo o autor supramencionado, a observação dá à Geografia agrária seu cunho científico tal como o deu à Geografia em seu conjunto, em meados do século XIX.

O instrumento mais importante que o geógrafo leva para o campo é o próprio cérebro. Lá, ele não se limita a olhar, pois que assim o fazem todos os que viajam: turistas, viajantes. O geógrafo precisa ver, que significa olhar, associado ao ato inteligente de refletir: observar, enfim.

Diz Waibel que não é suficiente fazer-se uma “anatomia” da paisagem: é preciso também compreender a sua “fisiologia”. Isto é, não basta descreve-la; é necessário interpretá-la, compreender como funciona cada um dos elementos que nela se refletem. Essas noções correspondem ao que os geógrafos franceses denominam “morfologia agrária” e “estrutura agrária”, respectivamente. A primeira diz respeito à disposição das parcelas cultivadas ou em pousio, às cercas, localização das casas etc., padrão que os franceses chamam também de “aménagement du terroir agricole”.

Relativamente à estrutura agrária, P. George chama a atenção para o fato de que esse conceito se refere somente às relações entre o homem e a utilização do solo, sem envolver as relações jurídicas e sociais dos homens entre si.

Tanto a morfologia como a estrutura agrárias podem, portanto, ser objeto da observação direta ou da interpretação de fotografias aéreas.

Para se compreender uma paisagem é mister, muitas vezes, fazer o que os geógrafos ingleses chamam de “historical approach”, isto é, o estudo, a *interpretação histórica*. Frequentemente a cultura de um produto que desaparece vai influir sobre a de um outro que o sucede. Muitas vezes, a simples introdução de uma nova cultura sobre a influência de outra que já era praticada há mais tempo no mesmo lugar, sem que esta desapareça necessariamente. Isto é assaz comum em países novos como o Brasil, em que a economia de especulação gera tipos muito dinâmicos de paisagens.

Gileno Dé Carli cita, por exemplo, caso da cultura da cana e da industrialização do açúcar em São Paulo, em que mostra como a condição econômica e social do empregado de usina naquele Estado é superior à dos outros nos demais estados, em consequência da vizinhança e da precedência da cultura do café. Diz ele:

Quando a indústria açucareira voltou à antiga região onde um dia já imperava, - Campinas, Piracicaba, Porto Feliz etc. - não encontrando o sistema de trabalho servil que fora abolido, se encontrou um dilema: voltar ao regime de salariado vigorante em outras zonas canavieiras do país onde a substituição de um trabalho escravo por um trabalho escravizado era patente, ou ficar com a mesma técnica de trabalho agrícola que se implantara no cafezal. O colono canavieiro foi com toda justiça preferido, e eis por que a paisagem paulista dos canaviais difere tanto da de outros centros produtores do país. Não havendo mais tradição canavieira, pois que durante a “febre” do café fora interrompida, o usineiro paulista teve o bom senso de continuar com um regime de trabalho superior ao existente em qualquer outra zona açucareira do país (*in Gênese e evolução da indústria açucareira de S. Paulo*. Rio, Irmãos Pongetti Editores, 1943, p. 93).

Deve-se entender com a expressão “teve o bom senso”, que de fato, o usineiro paulista foi constrangido a melhorar as condições de seus empregados, sob pena de perde-los em proveito das fazendas de café, que ofereciam melhores condições de trabalho. É fora de dúvida, pois, que a vizinhança e a tradição estabelecida nas fazendas de café foi decisiva.

Fato análogo aconteceu no Brejo paraibano, na região de Areia, onde a cultura de agave substituiu em grande parte a do algodão. Aí todo o comércio da agave é feito por grandes firmas, que faziam antes somente o comércio do algodão, passando a fazer agora o dos dois produtos. Não só o comércio, mas também o beneficiamento é feito juntamente com o do algodão e no mesmo edifício. Na maioria dos casos, antigos engenhos de cana, que já possuíam instalações de beneficiamento e embalagem de

algodão, tiveram as instalações ampliadas para abrigar as máquinas de preparo da fibra do sisal.

Só a compreensão da evolução histórica pode levar a entender a resistência que os agricultores oferecem à introdução de novos sistemas agrícolas, especialmente nos países velhos. Aí, a sobrevivência de velhas estruturas agrárias vai reforçar a resistência a certos progressos técnicos, como, por exemplo, a mecanização.

Faucher tem uma expressão muito feliz, quando declara que a rotina do camponês é sinônimo de prudência. Para este, a repetição é uma garantia de êxito. O que foi bom para o meu pai e meu avô – diz o lavrador – é também bom para mim. As práticas agrícolas irracionais que conduzem ao esgotamento do solo, geralmente se processam com lentidão, de tal modo que passam despercebidas à inteligência do agricultor, quase sempre ignorante. Muitas vezes ele sente que algo está errado, que o trabalho da terra já não é compensador, que a “terra está cansada”, mesmo assim prefere o pouco que é certo ao muito que ignora que poderá falhar no seu modo de entender.

Pois bem, o Brasil é um país velho em muitas regiões, pela sua arcaica estrutura econômica e social. Em muitos lugares podem ser encontrados remanescentes de instituições sociais e de relações de produção medievais.

Observação justa e, ao mesmo tempo, alarmante fez Waibel estudando as colônias européias do nosso planalto meridional. Verificou ele que “é simples e fácil para o indivíduo ou grupos baixar seus padrões culturais e econômicos, mas ergue-los de novo é tarefa hercúlea” (“Princípios da Colonização Européia no Sul do Brasil” *Rev. Bras. Geo.*, ano XI, n. 2, pp. 189-190). Bastará para isso que esse indivíduo o grupo fique distante dos mercados e em condições de isolamento cultural, que foi o que sucedeu a quase todas colônias européias, do Paraná para o sul. Daí se conclui, portanto, que em vez de uma tendência à estagnação num nível médio, como acontece na Europa Ocidental, o que se verifica entre esses colonos é, antes, uma tendência à deterioração das condições econômicas, uma “caboclicização”, dadas as nossas condições históricas, geográficas e econômicas.

É o estudo da evolução histórica que vai dar ainda a chave para a descoberta da origem de determinados sistemas agrícolas. Faucher chama a atenção para o fato de que, entre os povos civilizados, a adoção de um novo sistema agrícola está condicionada à introdução de uma nova espécie cultivada. Assim, foram, segundo este autor, a batata

inglesa e milho trazidos da América, que permitiram o estabelecimento da moderna cultura por arado na Europa Ocidental, associada à criação do gado. Mas correto seria, entretanto, dizer que o advento de novos sistemas agrícolas, assim como de novos tipos de *habitar*, resultam de transformações sociais e econômicas profundas. Embora conhecida na Europa desde o século XVI, a chamada batata inglesa só foi integrada naquele sistema agrícola de rotação de culturas conhecido como “sistema inglês” ou “flamengo”, ou ainda de “jardinagem de tipo ocidental”, quando a industrialização criou, no oeste europeu, condições de mercado que requeriam a aplicação de sistemas intensivos de lavoura.

A introdução de um novo sistema agrícola é, às vezes, um processo multissecular. Entre os povos primitivos, por exemplo, a origem do sistema de roça (que os geógrafos denominam agricultura nômade ou itinerante) perde-se na noite dos tempos. Daí, as lendas correntes entre esses povos, as quais atribuem a origem da agricultura a uma divindade, um herói ou um semideus, daí também, a freqüência de rituais mágico-religiosos ligados às diferentes fases do trabalho agrícola: a escolha do terreno, a derrubada, a colheita... E resquícios dessas práticas podem ser encontrados entre as populações rurais que já entraram em contato com os civilizados, que já se cristianizaram. Tudo isso será estudado mais pormenorizadamente em capítulo próximo. À existência desse material de interesse para a etnologia e o folclore se compreende pela necessidade que sente o homem, que selvagem, quer civilizado, de explicar pela fantasia os fatos que lhes escapam à interpretação lógica.

As *influências econômicas* são outro fator que o geógrafo não pode menosprezar na interpretação da paisagem. Estudando as diversas culturas, ele tem levar em conta o *objetivo da produção* (o “aim of production”, dos geógrafos de língua inglesa).

No caso, já anteriormente referido, da Baixada Fluminense, foi mencionada a cultura da laranja nas proximidades do Rio de Janeiro. Esses laranjais têm certas particularidades que lhes são características: a variedade mais cultivada é a laranja-pêra. Esta, porém, não é a que alcança preços mais elevados no Rio. Neste mercado, a laranja-pêra é geralmente adquirida para a extração do suco: as consumidas em espécie são, de preferência, as variedades chamadas laranja-lima, seleta e bahia. Além disso, as laranjas-pêras têm comumente, no Rio, má apresentação e os laranjais da Baixada estavam, em anos recentes, em completo abandono, invadidos pelo capim.

A chave do enigma nos é dada pelo objetivo da produção. A laranja da Baixada não tem por finalidade abastecer o mercado do Rio de Janeiro, destinando-se sobretudo ao mercado internacional: Inglaterra e Rio da Prata. Se os laranjais estão localizados perto do Rio não é para tê-lo como mercado, mas para ter facilidade de acesso ao porto de exportação, ou então vêm de mais distante, portanto com preço elevado. Isso se não levarmos em consideração a intervenção gananciosa dos intermediários.

O abandono de certos laranjais explica-se pela perda do principal mercado estrangeiro – a Inglaterra – com a eclosão da Segunda Guerra Mundial. E a destruição de outros para o loteamento, compreende-se pelo crescimento do núcleo urbano, a inflação da moeda e a conseqüente especulação sobre as terras, em virtude da desvalorização do dinheiro<sup>3</sup>.

Também no plano da economia, merecerá consideração, entre outros, o fator distância do mercado e sua influência sobre a utilização da terra, matéria da teoria econômica de von Thünen, exumada do olvido por L. Waibel, que pôs em evidência sua profunda significação geográfica. Segundo Thünen, estabelecidas como premissas certas condições ideais e uniformes de regime de propriedade, de relevo, clima, solo, facilidades de transporte e outras condições culturais, o aproveitamento da terra se faria, de acordo com uma ordem lógica, em faixas concêntricas, dos sistemas mais intensivos para os mais extensivos, à proporção que fosse aumentando a distância do mercado.

Todas aquelas condições, exceto a primeira, isto é, pequenas propriedades cultivadas pelos respectivos donos, auxiliados só por membros da família, encontram-se na Baixada Fluminense, próximo ao Rio de Janeiro. Entretanto, em conseqüência do regime latifundiário aí vigente, estabeleceram-se nessa região “fazendas agropecuárias pré-capitalistas”, onde uma numerosa população rural sem terra, privada de seus meios de produção vaga, “flutuante, de fazenda em fazenda, alugando o seu trabalho em troca de uma roça, para cultivar o que comer, e dando ainda uma parte de suas safras”, a metade no caso.

“Esse regime de propriedade é tipicamente semifeudal. O aluguel do trabalho nada mais é do que uma forma atenuada de corvéia – trabalho gratuito que o servo da gleba prestava ao seu suserano”. Como este tipo de fazendeiro obtém rendimento praticamente sem trabalho e sem dispêndio de capital, torna-se infenso a qualquer medida de progresso.

É por isso que vê, na própria vizinhança da Capital da República, essa “paisagem anacrônica de velhos engenhos, que resfolgam monotonamente sua máquina a vapor” (engenhos de cachaça). “Em outros lugares, este ruído é substituído pelo cascatear contínuo de uma roda d’água” (O. Valverde: “Aspectos geográficos e econômicos da agricultura no Município de Itaboraí”. *An. Geogr. Est. Rio Jan.*, n. 5, 1952, pp. 83-91).

Esta breve citação ressalta a importância do estudo do regime de propriedade e o das relações de trabalho para a compreensão da paisagem agrícola. Isto, porém, já pertence ao quadro das *influências sociais*. Estas influências estão profundamente vinculadas à organização econômica, é claro; devem, portanto, ser também objeto de pesquisa rigorosa por parte do geógrafo, o qual precisa, pois, estar armado de conhecimentos seguros da Economia Política.

De fato, o conceito de *sistema agrícola*, já referido, é subordinado ao de *forma de economia* (“Wirtschafts-form”) ou *instituição econômica*. Dentro de uma mesma instituição e até de uma mesma propriedade podem coexistir dois ou mais sistemas agrícolas.

Não é simples a distinção entre esses dois conceitos. Sombart (*in* Waibel: *Capítulo de Geografia Tropical e do Brasil*, p. 6) esclarece que o primeiro, isto é, a forma de economia é estabelecida pelo processo de valorização econômica, ao passo que a forma de atividade refere-se ao processo de trabalho.

A pecuária extensiva, a cultura comercial de cereais, a agricultura de enxada, a pecuária leiteira, seriam, portanto, exemplos de formas de economia; a rotação bienal ou trienal, a agricultura itinerante, a jardinagem de tipo oriental (ou sistema chinês), seriam formas de atividade.

Note-se bem, nos exemplos apresentados, que o primeiro grupo diz respeito, sobretudo, ao objetivo da produção ou aos instrumentos utilizados (meios de produção), enquanto que o segundo envolve o processo de trabalho em si.

A forma de atividade, ou sistema agrícola, é, por conseguinte, um conceito mais preciso, mais restrito, e subordinado ao de forma de economia.

As formas de economia são, por sua vez, um conceito englobado em outro ainda mais amplo, qual seja o de *modo de produção*, cujo estudo constitui o próprio cerne da Economia Política. Dois elementos constituem, o modo de produção: *as forças produtivas e as relações de produção*. Estas são as relações sociais que se estabelecem

no processo da produção, ao passo que as forças produtivas são expressas pelas relações entre os homens, de um lado, e os objetos e forças da natureza empregados na produção dos bens materiais, de outro.

Os modos de produção caracterizam, em linhas gerais, cada uma das fases da história econômica da humanidade, tal como as eras geológicas caracterizam as grandes fases da história da Terra. Temos, assim, por exemplo, um modo de produção feudal, ao qual sucede o modo de produção capitalista. Dentro de cada fase, uma vasta gama de instituições econômicas se desdobra. No Brasil, particularmente, pode-se observar diferentes modos de produção, em regiões geo-econômicas contíguas. Quem conhecer perfeitamente o Brasil, poderá dizer que entrou em contato com várias “eras econômicas”, desde o Neolítico até os nossos dias.

Pode-se, assim, concluir que esta explicação lembrando uma analogia: a Geografia econômica baseia-se na Economia Política, assim como a Geomorfologia está baseada na Geologia.

O conceito mais restrito, relacionando às influências sociais e constituindo também uma delas, é o de *gênero de vida* (tradução literal da expressão francesa “genre de vie”). Esta expressão, um tanto vaga, encerra um conceito bastante complexo, que Cholley define como se segue:

Elle designe d’abord tout le mode d’alimentation qui résulte du choix exercé par l’homme parmi les animaux faisant partie de son milieu géographique. Elle évoque ensuite les modes d’activité, développés par le groupement humain pour se procurer sa nourriture, ses outils et ses vêtements; l’organisation de la circulation et de changes; l’habitat. Mais il serait insuffisant de la réduire à des concepts purement matériels; le mode de vie implique forcément l’organisation sociale qui dérive, en majeure partie, des modes d’activités entre lesquels se répartit le groupement humain... Enfin elle fait appel à des éléments d’ordre psychologique ou morale: façon de penser, traditions, croyances, d’où jaillit la sève même qui anime toute activité humaine (E. Migliorini, *op. cit.*).

Segundo esta definição, toda a Geografia humana e parte substancial da Geografia agrária ficariam englobadas no conceito de gêneros de vida.

Max Sorre é, entretanto, mais preciso. Ele chama “gêneros de vida” ao conjunto de técnicas desenvolvidas por um grupo humano para se adaptar ao meio geográfico (“Lês fondements de la Géographie Humaine” tomo III, cap 1º, p. 14). Esta definição peca por dois aspectos fundamentais: primeiro, exprime somente relações entre o grupo

social e a natureza; segundo, é inadmissível aceitar tal conceito para o homem, considerando individualmente, pelo menos naquilo que interessa à Geografia (*op. cit.*, p. 30).

No plano das influências sociais sobre a paisagem agrícola, a Geografia agrária entra em contato com a Geografia humana propriamente dita.

*A Geografia agrária como ramo da Geografia econômica* – Resta agora discutir se a Geografia humana propriamente dita ou da Geografia econômica.

Já foi anunciado antes o ponto de vista de Faucher, optando pela primeira alternativa e segundo o qual a parte quantitativa deveria ser considerada como um ramo da Geografia econômica, intitulado Geografia econômica agrícola. Esta subdivisão não encontraria campo dentro da ciência geográfica e teria pouca utilidade prática. Realmente, um mapa de produção elaborado pelo sistema de pontinhos ou isaritmas, mesmo permite nenhuma conclusão sobre a paisagem agrícola; sua utilidade é pequena.

Os mapas de produção servem, contudo, para orientar as pesquisas de campo; e os dados quantitativos são imprescindíveis para dar uma idéia concreta da importância relativa dos diferentes produtos vegetais, por conseguinte da significação que esses produtos têm para a economia do país. No Brasil, por exemplo, um estudo puramente qualitativo das condições geográficas das culturas do milho e do trigo, feito comparativamente, daria uma idéia falsa da realidade, porque deixaria de frisar que a produção de trigo é escassa e a de milho é enorme e difundida em todo nosso território.

Quanto ao saber-se se a Geografia agrária é ou não um ramo da Geografia humana propriamente dita é mais uma questão de filigrana. Hartshorne, no seu livro de metodologia já citado, nem cogitou do assunto, considerando óbvia a inclusão da Geografia agrária na Econômica. O mesmo fazem P. George e E. Otremba.

Enquanto inúmeros aspectos da Geografia humana propriamente dita (habitat, tipos de habitação, alimentação e gêneros de vida, em geral) podem ser explicados pela Geografia agrária, geralmente, só em pormenores se verifica a recíproca.

Como a exploração do solo está estreitamente vinculada à comercialização, aos transportes e à industrialização dos produtos agrícolas e pastoris, nos estudos de Geografia agrária são comuns as incursões nos campos da Geografia comercial e da Geografia das indústrias. Naquela, por exemplo, as questões de preços nos mercados têm uma importância decisiva nas áreas de culturas comerciais.

A estrutura e a morfologia agrárias de uma região são, em larga medida, um reflexo de leis econômicas sobre a paisagem.

De fato, já vimos que a Geografia agrária não deve restringir-se a uma simples classificação dos sistemas agrícolas. Deve ir além, e tratar de todos os elementos culturais que repercutem na paisagem agrícola. Não temamos, pois invadir os domínios da Geografia humana *strictu sensu*. A dificuldade em demarcar os diversos ramos da Geografia resulta da própria unidade desta ciência. Já é difícil delimitá-la de outras ciências correlatas; seria portanto pueril a preocupação com a sua compartimentação interna, que é puramente convencional.

A Geografia agrária é, em última análise, a interpretação dos vestígios que o homem do campo deixa na paisagem, na sua luta pela vida, quotidiana e silenciosa. Ela permanece, desse modo, no seu substrato, como um estudo essencialmente econômico. Não foi por acaso que ela foi estruturada quase um século depois da Economia Política.

Só assim, bem caracterizada no seu aspecto qualitativo e quantitativo, a Geografia agrária adquirirá cunho científico e terá utilidade prática. Amputada de uma de suas partes, ela poderá proporcionar matéria para elegantes conferências, cheias de erudição, mas jamais contribuirá para a solução de qualquer dos problemas que afligem o homem.

## Notas

1 - Este texto foi publicado originalmente no livro **Geografia agrária do Brasil** – v. 1, p. 21-37, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais/MEC - Rio de Janeiro, 1964. Para esta revista, o referido texto foi extraído do livro **Reflexões sobre a geografia**, publicado pela AGB - São Paulo, 1980. p. 53-80.

2 - Eis a quanta confusão podem ser conduzidos certos pesquisadores coerentes que defendem um divórcio entre a geografia econômica e a geografia humana, ou uma subordinação da primeira à segunda.

3 - Vide GEIGER, Pedro Pinchas. **Loteamento na Baixada da Guanabara**. Anuário Geográfico. Estado do Rio de Janeiro, n. 5, 1952.

## Referências

Faucher, D., Reflexiones sur la méthode en géographie agraire. **Revista de Géographie Régionale**, les études rhodaniennes, n. 1-2, p. 87-92, 1946.

\_\_\_\_\_. Introduction: principes généraux de géographie agraire. In.: \_\_\_\_\_. **Géographie agraire: types de cultures**. Paris: Libr. De Médicis, 1949. p. 9-28.

MIGLIORINI, E. A geografia agrária no quadro da ciência geográfica. **Boletim de Geografia**, n. 93, p. 1072-1091, dez., 1950.

OTREMBA, E. Posición, finalidad, desarrollo y métodos de trabajo de la geografia agraria. In: \_\_\_\_\_. **Geografia general agrária e industrial**. Barcelona: Ed. Omega, 1955. p. 5-28 (Capítulo A).

VALVERDE, O. A geografia agrícola e seu interesse para os trabalhos da C. N. E. R. **Revista da C. N. E. R.** Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, n. 1, p. 94-112, jul., 1954.

WAIBEL, L. O sistema da geografia agrária. In.: \_\_\_\_\_. **Capítulos de geografia tropical e do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1958. p. 3-8.

\_\_\_\_\_. Princípios da colonização européia no sul do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: IBGE, ano XI, n. 2. p. 189-190.